

Relatório de Execução de Dados Abertos - 2025



MINISTÉRIO DOS
DIREITOS HUMANOS
E DA CIDADANIA



DO LADO DO POVO BRASILEIRO

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

**Esplanada dos Ministérios – Bloco A
Brasília/DF**

Macaé Evaristo

Ministra de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania

Sérgio Nogueira Seabra

Assessoria Especial de Controle Interno

Débora de Moura Pires Vieira

Coordenação-Geral de Integridade e Transparência

Tatiane Lopes Ribeiro de Alcantara

Coordenação de Transparência e Acesso à Informação

Michael Jackson de Castro Matos

Rafaella do Nascimento Ferreira

Yann Steffani Fonseca Minari

Colaboradores

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	4
2. EXECUÇÃO DO PDA.....	4
2.1 Bases de Dados MDHC em 2025.....	4
2.2 Painel de acompanhamento.....	5
3. AÇÕES E DIVULGAÇÕES REALIZADAS.....	6
3.1 Notícias publicadas.....	6
3.2 Concurso de reúso.....	6
3.3 Monitoramento.....	7
4. RECOMENDAÇÕES.....	7
5. CONCLUSÃO.....	8
ANEXO 1 - BASES ABERTAS ANTERIORMENTE A 2025.....	8

1. APRESENTAÇÃO

Os dados abertos consistem em informações públicas disponibilizadas de maneira acessível, reutilizável e livre de restrições, permitindo o seu uso por qualquer pessoa. A Política de Dados Abertos, instituída pelo Decreto nº 8.777/2016, visa fortalecer a transparência, ampliar o controle social e facilitar a interoperabilidade entre órgãos públicos.

O Plano de Dados Abertos (PDA) do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), vigente no período de 2024 a 2026, estabeleceu metas e responsabilidades para promover a abertura de bases de dados relacionadas a direitos humanos. A Coordenação de Transparência e Acesso à Informação (CTAI/AECI) é responsável pela condução, monitoramento e avaliação das ações previstas no PDA.

O presente relatório apresenta o monitoramento da execução das metas previstas para o ano de 2025, bem como os avanços e desafios enfrentados no processo de abertura e atualização de bases de dados.

2. EXECUÇÃO DO PDA

Aqui serão descritas as atividades realizadas referentes à execução do PDA em 2025.

2.1 Bases de Dados MDHC em 2025

- **Solicitantes de pensão vitalícia por internação compulsória** – Disponibilizada no mês de fevereiro de 2025. A base reúne informações sobre os processos de requerimento de pensão especial vitalícia em função de internação compulsória de pessoas com hanseníase, resultado das políticas de segregação adotadas pelo Estado até 31/12/1986. A Lei nº 11.520/2007 reconhece e concede indenização às pessoas que foram submetidas a essa prática. Os dados auxiliam na implementação de políticas públicas voltadas para a reparação histórica, garantindo indenizações e direitos, além de contribuir para o enfretamento ao estigma relacionado à doença. Também servem de apoio às políticas de assistência social, promovendo inclusão e suporte às vítimas e seus familiares, reforçando o compromisso com a dignidade e a memória histórica.
- **Sistema Nacional de Acompanhamento de Medidas Socioeducativas – SIPIA-SINASE** – Esta base estava prevista para abertura em fevereiro de 2025, porém não foi disponibilizada, pois o SIPIA-SINASE ainda está em processo de estruturação, uma vez que o sistema foi lançado recentemente e ainda não está alimentado. Além disso, o SIPIA-SINASE irá conter dados sensíveis acerca de adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa. Dessa forma, os dados que devem ser publicados acerca do Sistema Nacional de Atendimento

Socioeducativo foram disponibilizados na base de dados Levantamento Anual SINASE deste MDHC.

- **Requerimentos de Pensão Especial da Lei 11.520/2007. Situação dos Processos em Análise** – Apesar de não estar prevista anteriormente, esta base de dados foi inserida ao PDA MDHC 2024-2026 no mês de abril de 2025, tendo em vista a grande procura de informações processuais sobre a temática. A base inclui informações anonimizadas sobre os requerimentos de pensão especial em análise pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, inclusive as iniciais da pessoa requerente, o seu Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) anonimizado, o número do processo e status do atual do processo.
- **Dados Disque Direitos Humanos – Disque 100 (Período de 2011 a 2019)** -Esta base teve sua frequência de atualização modificada para Dados Históricos, tendo em vista que o conjunto de dados passou a ser classificado como dado histórico, pois não recebe mais atualizações desde 2019. A base foi preservada exclusivamente para fins de consulta pública, análise retrospectiva e registro institucional, mantendo seu valor informativo mesmo após o encerramento das atualizações periódicas.

2.2 Painel de acompanhamento

- Total de bases previstas no PDA: 19
- Bases publicadas até dezembro/2025: 19
- Bases pendentes: 0

Figura 1 – Painel Monitoramento de Dados Abertos: MDHC



Fonte: <https://centralpaineis.cgu.gov.br/visualizar/dadosabertos>

3. AÇÕES E DIVULGAÇÕES REALIZADAS

3.1 Notícias publicadas

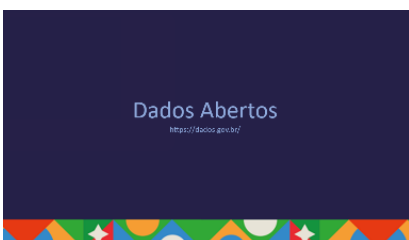
Com o objetivo de promover a divulgação das novas bases de dados, a Ascom/MDHC utilizou ferramentas de comunicação, como o site institucional e a intranet, para informar o público interno e externo sobre a disponibilidade das informações e estimular o seu uso. Abaixo estão alguns prints das manchetes das divulgações sobre o tema:



Novo banco de dados ajuda na garantia de direitos às vítimas da hanseníase



MDHC é destaque em concurso nacional de dados abertos da CGU



Módulo de capacitação em Dados Abertos para o público interno do MDHC dentro da oficina de boas práticas de produção, sistematização, análise e comunicação de dados no MDHC.



Divulgação de capacitações online sobre a Construção de Planos de Dados Abertos (PDA) e utilização do perfil organizacional no Portal Brasileiro de Dados Abertos, ministrada pela Controladoria-Geral da União (CGU).

3.2 Concurso de reúso

O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) ficou entre os 15 primeiros colocados no 1º Concurso de Reuso de Dados Abertos, promovido pela Controladoria-Geral da União (CGU). A iniciativa contou com 57 propostas inscritas de órgãos e entidades de todo o país.

O reconhecimento reforça o compromisso do MDHC com a transparência pública, o uso inteligente de dados e o fortalecimento da gestão e do controle social por meio de ferramentas inovadoras.

O destaque da inscrição do Ministério foi o painel de dados da Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos (ONDH), que apresenta de forma interativa e acessível as denúncias de violações de direitos humanos recebidas pelo Disque 100.

O concurso da CGU buscou estimular o reuso criativo e inovador de dados públicos, reconhecendo boas práticas que ampliam a visibilidade e a utilidade das informações governamentais.

3.3 Monitoramento

As bases de dados do MDHC são monitoradas mensalmente pela Assessoria Especial de Controle Interno, visando a conformidade e que as informações sejam sempre oportunas, precisas e acessíveis. Essa fiscalização contínua visa, sobretudo, promover a transparência da gestão pública e fornecer dados confiáveis que contribuam para o melhor serviço e participação do cidadão.

4. RECOMENDAÇÕES

Em conformidade com a Resolução CGINDA nº 3/2017, recomenda-se:

- **Atualização permanente do Grupo de Trabalho de Dados Abertos** – garantindo participação de unidades detentoras de dados e maior rotatividade de conhecimentos.
- **Revisão do inventário de dados** – adequando as bases à LGPD e às necessidades da sociedade.
- **Aproveitamento das demandas da LAI** – identificar temas mais solicitados e avaliar inclusão como futuras bases abertas.
- **Aprimoramento contínuo do PDA** – monitorar prazos, revisar periodicidade de atualização e garantir integridade dos conjuntos de dados.
- **Ampliação da comunicação institucional** – incentivar o uso das bases abertas pela sociedade.

5. CONCLUSÃO

O ano de 2025 reafirma o compromisso do MDHC com a Política de Dados Abertos, consolidando avanços significativos na disponibilização de informações públicas relacionadas a direitos humanos. O monitoramento contínuo da execução do PDA e a colaboração entre as unidades internas são fundamentais para garantir a qualidade, a transparência e a relevância das bases de dados disponibilizadas.

O cumprimento das metas estabelecidas para 2025 demonstra o esforço institucional em promover maior acesso à informação, fortalecer o controle social e estimular o desenvolvimento de soluções inovadoras.

ANEXO 1 - BASES ABERTAS ANTERIORMENTE A 2025

Nº	BASE DE DADOS	DESCRIÇÃO	MÊS/ANO DE PUBLICAÇÃO
1	Disque Direitos Humanos – Disque 100	Balanço da Central Disque Direitos Humanos (Disque 100), abrangendo o período de 2011 a 2019	Novembro/2020
2	Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos – ONDH	Dados das denúncias de violação de direitos humanos recebidas pelo Disque 100, a partir do ano de 2020, registradas junto à Central de Atendimento da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos – ONDH / MDHC.	Setembro/2021
3	Chamados de Tecnologia da Informação do MDHC, MIR e MMulheres - Sistema OTRS	Contém todos os chamados de tecnologia da informação do MDHC, MIR e MMulheres. Extraídos do Sistema OTRS.	Abril/2024
4	Repositório de produtos de consultoria referente a projetos de cooperação técnica internacional	Informações a respeito de consultorias contratadas no âmbito dos projetos de cooperação internacional de Execução Nacional.	Abril/2024
5	Locais das Comissões Estaduais para Erradicação do Trabalho Escravo	Mapeamento das localidades onde há Comissões Estaduais e Municipais de Erradicação do Trabalho Escravo.	Maio/2024
6	Quantidade e localização dos CIAMP-Rua municipais e estaduais	Dados georreferenciados sobre a disposição dos Comitês no território	Maio/2024

7	Anistiados Políticos	Relação de nomes dos declarados anistiados políticos, em ordem alfabética.	Maio/2024
8	Publicações das licitações, inexigibilidades, dispensas e contratos	Editais e anexos, avisos de dispensas, publicações dos resultados, empenhos, contratos, termos aditivos e de apostilamentos.	Maio/2024
9	Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (PPDDH)	Relatório de síntese de dados do Programa de Proteção de Defensores de Direitos Humanos (PPDDH).	Junho/2024
10	Parcerias da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência	Parcerias realizadas por todas as áreas da secretaria e respectivos orçamentos/ investimentos.	Junho/2024
11	Levantamento Anual SINASE	Levantamento Anual de dados dos perfis da comunidade socioeducativa, incluindo profissionais e adolescentes; são divulgados dados agregados sobre raça, idade, identidade de gênero, orientação sexual, renda e escolaridade.	Junho/2024
12	Programa Cidadania Marajó	Informações sobre a implementação do programa, contemplando as parcerias celebradas, ações itinerantes periódicas da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos realizadas, relatório das comitativas do MDHC enviadas para o território e equipagem de Conselhos Tutelares.	Agosto/2024
13	Sistema de Informação para a Infância e Adolescência - Módulo Conselho Tutelar – SIPIACT	Registros de dados sobre violação de direitos humanos de crianças e adolescentes, as respectivas medidas protetivas e os documentos expedidos aos órgãos do sistema de garantia de direitos, que são fontes de dados e informações para a gestão da política pública	Agosto 2024
14	Emendas Parlamentares MDHC	Informações sobre os autores das emendas, números das emendas, unidades responsáveis por analisar as	Setembro/2024

		propostas e as propostas cadastradas no Transferegov, bem como o valor de cada uma.	
15	Convenções e Tratados Internacionais de Direitos Humanos	Divulgação das Convenções e Tratados Internacionais de Direitos Humanos dos quais o Brasil é parte no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização dos Estados Americanos (OEA)	Setembro/2025
16	Sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos	Divulgação das sentenças prolatadas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos em relação ao Estado brasileiro.	Setembro/2024
17	Relatórios da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA	Divulgação dos relatórios publicizados pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos em relação ao Estado brasileiro.	Setembro/2024
18	Relatórios nacionais apresentados e recomendações internacionais recebidas de órgãos e mecanismos internacionais de direitos humanos	Divulgação dos relatórios nacionais apresentados pelo Brasil, bem como das recomendações para o Estado brasileiro emitidas pelos órgãos e mecanismos internacionais de direitos humanos no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização dos Estados Americanos (OEA)	Setembro/2024
19	Cadastro de Conselhos de Promoção e Direitos da Pessoa com Deficiência	Endereço e contato dos conselhos municipais e estaduais de direitos das pessoas com deficiência.	Outubro/2024

**MINISTÉRIO DOS
DIREITOS HUMANOS
E DA CIDADANIA**

